



# **BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.**

**COMPANHIA ABERTA**

**CNPJ 04.913.711/0001-08  
NIRE 15300000114**

**Avenida Presidente Vargas, nº 251, Centro – CEP 66.010-000 – Belém-Pará**

**Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária**

**Em 30 de junho de 2011, acompanhadas do**

**Relatório dos Auditores Independentes**

## **Mensagem do Presidente**

O Banpará é uma instituição financeira genuinamente paraense, que tem por visão ser referência como Banco regional de varejo e de fomento e por missão ser um banco moderno, autossustentável, comprometido com a excelência no atendimento, com as políticas de fomento e desenvolvimento socioeconômico do Pará, atuando com ética e responsabilidade social.

Assumi a Presidência do Banco do Estado do Pará em 18.02.11, juntamente com os demais colegas da Diretoria colegiada, com a missão de torná-lo cada vez mais forte. Forte, porque desde 1961 atende a comunidade paraense e contribui para o desenvolvimento do nosso Estado.

Este ano, em outubro, completaremos 50 anos de existência e, no decorrer desse período, o Banpará tem apresentado uma história de superação e capacidade de adequação às mudanças do cenário econômico, possibilitando o contínuo crescimento e consolidação de sua posição e imagem junto ao mercado financeiro.

Tenho a consciência de que o comprometimento e competência de nossos funcionários transformam qualquer desafio em fatores de competitividade e oportunidade de fortalecimento de nossa Instituição.

Em nome da Diretoria Colegiada do Banpará, agradeço ao Acionista Controlador, aos demais Acionistas, ao público em geral e, principalmente, aos clientes, pela confiança na Instituição. Aos funcionários, agradeço a dedicação dessa equipe afinada e criativa que, antes de tudo, está comprometida com o nosso Banco e com a excelência no atendimento aos nossos clientes.

**Augusto Sérgio Amorim Costa**  
**Diretor Presidente**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, relativos ao primeiro semestre de 2011, elaborados em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, pelo Banco Central do Brasil - BCB e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### Ambiente Econômico

A tendência de alta da inflação, apesar dos esforços da equipe econômica, gera preocupação do mercado. O primeiro semestre foi marcado por uma série de ações favoráveis para o quadro inflacionário, como o forte resultado fiscal, a moderação nos desembolsos do BNDES, as medidas monetárias e prudenciais restritivas, dentre outras, porém sem o sucesso esperado.

O Relatório de Inflação divulgado pelo Banco Central do Brasil prevê uma inflação acima da meta tanto para 2011 quanto para 2012. Essa projeção indica que, pelo menos, mais uma elevação da taxa de juros deverá ocorrer. A principal dúvida quanto à condução da política monetária é se apenas uma elevação será suficiente para garantir a convergência da inflação para a meta em 2012.

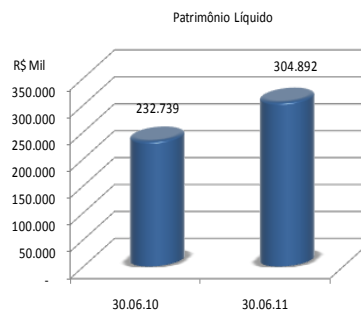
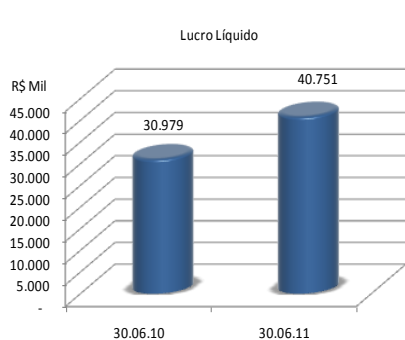
No tocante ao cenário externo, observa-se que a volatilidade e a aversão ao risco se elevaram desde a última reunião, em grande parte alimentados por extraordinários níveis de liquidez e por incertezas crescentes quanto à recuperação da atividade global. As projeções do FMI para o crescimento do PIB mundial apontam para um crescimento lento dos países industrializados. Dentre esses países, os países em desenvolvimento devem mostrar um crescimento mais acelerado que a média mundial, especialmente, em função do desempenho da economia chinesa. O cenário global é de um crescimento econômico mais lento que o registrado antes da crise mundial.

### Resultados no período

Apresentamos, a seguir, os principais resultados do Banpará no primeiro semestre de 2011.

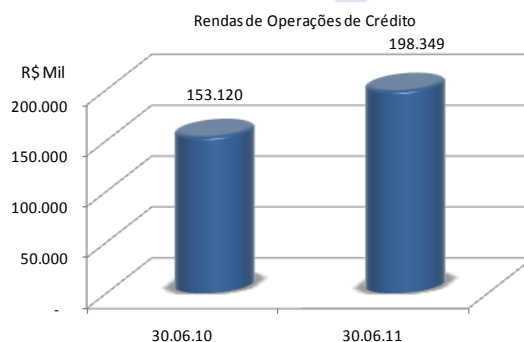
#### Lucro Líquido

No primeiro semestre, o lucro líquido do Banpará atingiu R\$ 40.751 mil, desempenho 31,5% maior que o apresentado no mesmo período do ano anterior, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 15,4%. O lucro líquido por ação alcançou R\$ 4,28, valor superior aos R\$ 3,25 observados no final de junho de 2010. O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 304.892 mil, com expansão de 31,0%.

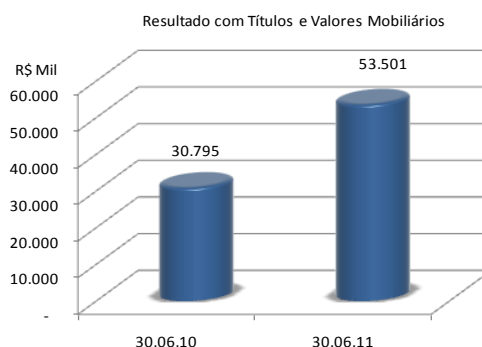


### Intermediação Financeira

As receitas com intermediação financeira totalizaram R\$ 255.662 mil, ou crescimento de 36,8% quando comparadas com as do mesmo período de 2010. Este desempenho é justificado pelo crescimento das rendas de operações de crédito que, incluindo as recuperações, representam 77,6% das receitas, e contribuíram com R\$ 198.349 mil, ou seja, evolução de 29,5% em relação ao saldo atingido em junho de 2010, destacando-se as receitas originárias dos créditos consignados que apresentaram evolução de 57,1% em relação ao primeiro semestre de 2010.



O resultado com Títulos e Valores Mobiliários registrou R\$ 53.501 mil, com evolução de 73,7% quando comparado com o saldo de R\$ 30.795 mil apresentado em junho de 2010, em função do aumento de 134,7% nas rendas de aplicações interfinanceiras.



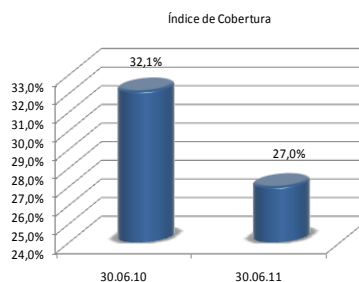
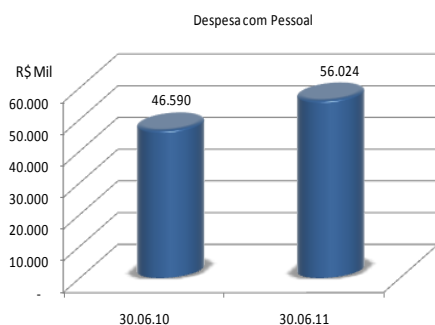
As despesas da Intermediação Financeira, em junho de 2011, atingiram R\$ 80.286 mil, registrando aumento de 64,9% quando comparadas com os R\$ 48.693 mil do mesmo período de 2010. As despesas com captação de recursos totalizaram R\$ 65.459 mil, crescimento de 66,4% em relação a junho do ano anterior. No que diz respeito às despesas com provisões para risco com crédito, o saldo apresentado foi de R\$ 14.827 mil, equivalente ao aumento de 58,4% em relação ao registrado em junho de 2010, resultado do crescimento do volume de crédito.

O resultado da intermediação financeira, após as provisões para perdas em operações com créditos, atingiu R\$ 175.376 mil no primeiro semestre de 2011, com crescimento de 26,9% em relação ao registrado no mesmo período de 2010.

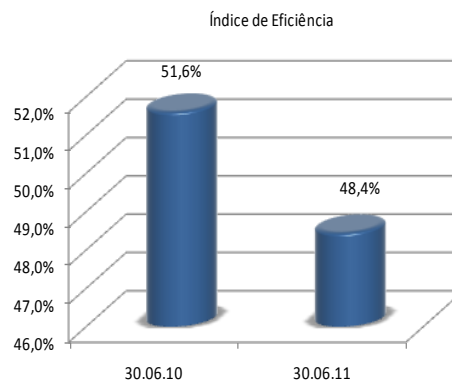
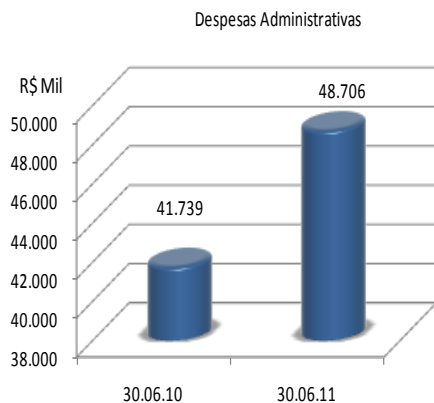
### Outras Receitas e Despesas Operacionais

As receitas de serviços totalizaram R\$ 15.115 mil no primeiro semestre de 2011, um crescimento igual a 1,0%, se comparado com o total de R\$ 14.961 mil, alcançado em junho de 2010, sem grandes destaques.

As despesas gerais (pessoal, administrativas e tributárias) somaram R\$ 115.494 mil no primeiro semestre de 2011, alta de 19,1% em comparação ao mesmo período de 2010. As despesas com pessoal atingiram R\$ 56.024 mil, equivalente a um crescimento de 20,2% em relação ao saldo apresentado em igual período do ano anterior, que é resultado da contratação de pessoas, aumento da remuneração fixa, que impactou diretamente no aumento das despesas com encargos e benefícios, além dos maiores gastos com plano de saúde e previdência complementar. O aumento nessas despesas fez com que o índice de cobertura das despesas com pessoal em relação às receitas de serviços atingisse 27,0%, queda de 5,1 pontos percentuais em relação ao índice apresentado no primeiro semestre de 2010.

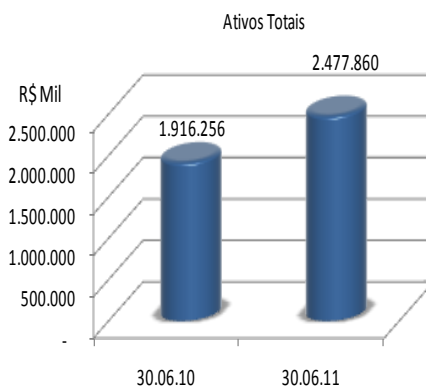


As despesas administrativas apresentaram saldo de R\$ 48.706 mil neste primeiro semestre de 2011, ou uma evolução de 16,7% em relação ao total de R\$ 41.739 mil do mesmo período de 2010. A evolução é consequência do aumento dos custos com processamento de dados, investimentos em infraestrutura das agências e postos; e propaganda e publicidade. O índice de eficiência operacional das despesas administrativas em relação às receitas apresentou melhora de 3,2 pontos percentuais, atingindo 48,4% no semestre.



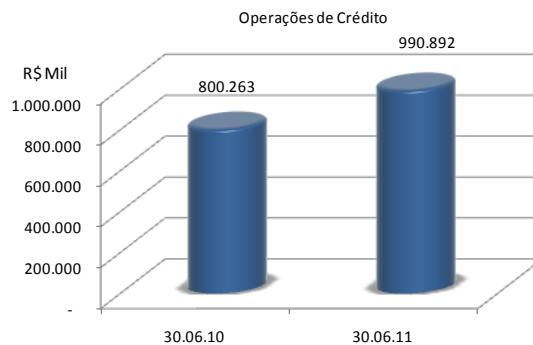
## Desempenho Patrimonial

Os Ativos Totais alcançaram saldo de R\$ 2.477.860 mil, em junho de 2011, equivalente a um crescimento de 29,3%, quando comparado ao registrado em junho de 2010, aumento esse originado pela alta de 93,9% nas aplicações interfinanceiras de liquidez e pelo incremento de 23,5% nas operações de crédito. Esse desempenho corresponde a um retorno anualizado sobre os ativos médios de 1,6%.



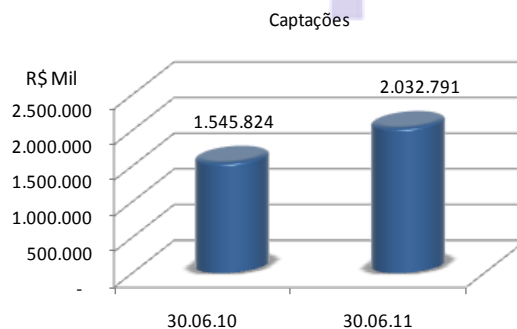
A carteira de crédito alcançou R\$ 990.892 mil, no primeiro semestre de 2011, incremento de 23,8% sobre o total de R\$ 800.263 mil de junho de 2010. No crédito à pessoa física, destacamos o crescimento do crédito consignado que alcançou R\$ 661.678 mil, evolução de 29,7% sobre o saldo de R\$ 510.115 mil de junho de 2010. Nas demais linhas, destacam-se a alta de 24,9% do produto Banparacard, de 21,9% dos sazonais e de 111,8% do crédito a pessoa jurídica.

O índice de inadimplência da carteira de empréstimos (operações de crédito com atraso superior a 61 dias) manteve-se em 0,94%, queda de 0,03 pontos percentuais em relação ao apresentado no primeiro semestre de 2010.



## Captação de Recursos

O saldo de recursos captados no primeiro semestre de 2011 alcançou R\$ 2.032.791 mil, que equivale a um crescimento de 31,5% em relação ao igual período do ano anterior. Esse aumento foi bastante influenciado pela evolução de 36,1% nos depósitos a prazo, que atingiu saldo de R\$ 1.074.047 mil frente aos R\$ 789.367 mil apresentados em junho de 2010 e pelo crescimento de 726,6% no saldo dos depósitos interfinanceiros que alcançou R\$ 66.782 mil neste semestre. Já os depósitos de poupança apresentaram saldo de R\$ 315.956 mil, com crescimento de 24,2% frente aos R\$ 254.402 mil apresentados em junho de 2010.



## Mercado e Imagem

### Rating

O Banpará manteve a classificação **A** - (em moeda nacional) atribuída pela empresa **Austin Rating**, que é inequívoca demonstração de que o Banco apresenta solidez financeira, dotada de negócio seguro e valorizado, refletindo um avanço em aspectos ligados a suporte e gestão estratégica.

## Responsabilidade Social e Ambiental

O Banpará acredita que o seu desenvolvimento e crescimento empresarial devem estar associados à sustentabilidade de suas ações. Assim, investe constantemente na melhoria da estrutura física de suas unidades e na conscientização dos seus funcionários para o uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na redução de impactos ambientais. Além disso, busca estreitar sua relação com os colaboradores, clientes e a comunidade em geral, por meio de iniciativas de caráter social.

A Instituição faz referência à responsabilidade social e ambiental no seu Código de Ética e na sua Política institucional de Patrocínio. No Código, o Banpará se posiciona de modo a estabelecer uma interlocução com a sociedade de forma ética e com responsabilidade social, comprometida com os valores institucionais junto aos seus mais diversos públicos. Na Política de Patrocínio, um dos critérios exigidos para projetos de solicitação de patrocínio é o caráter socioambiental, ou seja, que contemplem eventos ou ações associadas às questões ambientais, consolidando a imagem do Banco como empresa preocupada com tais questões.

Com foco contínuo no crescimento sustentável, o Banpará adota práticas para aumentar ainda mais o comprometimento com a proteção do meio ambiente. Neste sentido, incentiva, por meio de patrocínio, o desenvolvimento de projetos e ações que tenham como premissa a redução de resíduos, o uso racional de recursos naturais e a utilização de materiais ambientalmente corretos, em consonância com a sua Política Institucional de Patrocínios.

### **Ações de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentáveis**

O Banpará é o agente financeiro do Governo do Estado do Pará e atua no desenvolvimento estadual administrando programas voltados para o fomento econômico e social e, ainda, atua junto aos Governos Municipais na administração de programas de incentivo às economias locais, objetivando, em geral, a melhoria das condições de renda e trabalho da população paraense.

Atualmente o Banpará é parceiro na administração de 07 programas do Governo Estadual, como:

- O BANCO DO PRODUTOR aplicou, até junho/2011, R\$ 14.636 mil em projetos de investimentos produtivos em 11 municípios do Estado gerando ou mantendo 180 postos de trabalho diretos;
- O FDE PRIVADO, que funciona desde 1991, aplicou, até junho de 2011, R\$ 41.564 mil em projetos produtivos em todo o Estado do Pará;
- O CREDPARÁ aplicou, até junho/2011, R\$ 51.619 mil, gerando e/ou mantendo mais de 61.670 postos de trabalho em mais de 60 municípios paraenses;
- Os INCENTIVOS FINANCEIROS, até junho/2011, mantêm 04 empresas beneficiadas, as quais mantêm mais de 1.000 empregos diretos, e, até junho/2011 já obtiveram R\$ 8.273 mil na forma de financiamento pelo FDE;
- O FUNDO DE AVAL concedeu, até junho/2011, aval a 1.906 pessoas físicas que participaram do Programa BOLSA TRABALHO, e, que optaram por obter crédito através do CREDPARÁ para iniciar um microempreendimento;
- A POLÍTICA DE INCENTIVOS beneficia atualmente 115 empresas que promovem o desenvolvimento econômico e social do Estado, gerando mais de 15 mil empregos diretos; e,
- O PARÁ RURAL, até junho/2011, beneficiou 30 Associações e Cooperativas, tendo aplicado recursos de R\$ 6.233 mil, beneficiando mais de 1.000 famílias de produtores rurais pobres.

O Banco ainda administra 10 Fundos Municipais de Desenvolvimento nos municípios de Belém, Ananindeua, Santarém, Moju, Óbidos, Paragominas, Santa Bárbara, Xinguara, Portel e Vigia. Somente no 1º semestre de 2011, tiveram R\$ 272,8 mil em recursos municipais aplicados nos municípios, beneficiando, nesse período, 502 pessoas físicas para implantação e manutenção de seus empreendimentos.

## Produtos, Serviços e Canais

O Banpará, como agente financeiro do Estado do Pará, tem focado suas ações da área comercial visando fortalecer a relação com os clientes, sem perder de vista a estratégia do Governo do Estado para a sua instituição financeira oficial, traduzida na missão de “ser um Banco moderno, autossustentável, comprometido com a excelência no atendimento, com as políticas de fomento e desenvolvimento sócioeconômico do Pará, atuando com ética e responsabilidade social” e ainda, tendo como norte “ser referência como banco regional de varejo e de fomento”.

Comprometido com a excelência no atendimento de seus clientes e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, o Banpará tem ampliado a sua rede de agências no Estado, estando hoje com 191 pontos de atendimento em 57 municípios paraenses.

Além de sua Rede própria, disponibiliza mais de 32.000 pontos de atendimento espalhados por todo Brasil, em parceria com o Banco24horas e Rede Compartilhada. Desta maneira proporciona aos seus clientes a possibilidade de utilizar os serviços do Banco em todo o território nacional além de disponibilizar também a sua rede própria para os correntistas das outras instituições parceiras.

Destacam-se os produtos:

- **Produto de Crédito**

<b>Pessoa Física</b>	<b>Descrição</b>	<b>(R\$ mil)</b>
Empréstimos Sazonais (Banpará na Volta às aulas, Antecipação I.R, Banpará Vai à Praia)	Produto Sazonal fixo de curto prazo, calculado percentual sobre o 13ºsalário.	29.607
Empréstimo Consignado	Produto de crédito com desconto em folha de pagamento, disponibilizado a clientes e funcionários.	662.360
CredComputador	Limite de crédito extra disponibilizado para aquisição de computadores e periféricos.	7.458
Banparacard	Limite de crédito rotativo disponibilizado percentual para empréstimo e compras.	223.499
Multicred	Limite de crédito rotativo utilizado como empréstimo e/ou compras.	16.000
<b>Pessoa Jurídica</b>		
Banpará Giro Rápido	Modalidade de empréstimo destinado aos clientes Pessoas Jurídicas que possuam contratos ativos de prestação de serviços, quer administrativos, com órgãos da esfera federal/estadual/municipal ou privados.	5.755
Banpará Comunidade	Linha de crédito que permite ao pequeno empreendedor formal, informal e de baixa renda ter acesso a financiamento. Produto disponibilizado em 92 municípios.	17.882

- **Serviço**

Gestão de pagamento de Folha	Disponibiliza serviços automatizados para gerenciamento da movimentação do pagamento dos funcionários estaduais, municipais e privados.	146.981
Gestão de Arrecadação	Serviço automatizado disponibilizado aos clientes para viabilizar melhor controle e gerenciamento dos recursos arrecadados.	633.260
Rede de Compras	Possibilita aos clientes Pessoa Física aquisição de produtos e serviços, nas lojas credenciadas com o banco, atualmente mais de 1.400 pontos.	18.437
Gestão Abastecimento da Frota	Serviço disponibilizado aos clientes que possibilita o gerenciamento <i>on line</i> do abastecimento da frota de veículos.	9.376

- **Rede de Atendimento**

Pontos de Atendimento	Possui 191 pontos em 57 municípios contemplados	Quantidade
Capital	Agência	12
	Posto de Atendimento Bancário – PAB	16
	Caixa deslocado	07
	Posto de Atendimento Eletrônico – PAE	79
Interior	Agência	30
	Posto de Atendimento Bancário – PAB	20
	Posto de Atendimento Avançado – PAA	12
	Caixa deslocado	03
	Posto de Atendimento Eletrônico – PAE	12

- **Canais**

- Rede de Compras - A rede reúne estabelecimentos conveniados com o Banco para a venda de produtos e serviços aos correntistas portadores do Cartão Banpará. É um serviço estratégico, que visa a fidelização dos clientes por meio da segurança, agilidade e comodidade nas transações. Encerramos o primeiro semestre de 2011 com 1.379 estabelecimentos credenciados, que efetuaram 347,7mil transações. Houve crescimento de transações de 18,38% em relação ao mesmo período em 2010.
- Serviço de Autoatendimento - O Banpará possui 485 ATMs distribuídos em agências, postos e pontos de atendimento eletrônico. Além disso, possui convênios com o Banco 24 Horas e Rede Compartilhada para saques, saldos e extratos em ATMs terceirizados espalhados por todo o Brasil.
- Serviço de Internet - Em seu site institucional, o Banpará disponibiliza acesso a serviços de internet banking para pessoas físicas, jurídicas e órgãos de governo. O site, ágil e moderno, proporciona aos clientes conhecer com detalhes os conteúdos dos serviços e produtos oferecidos. Os canais Internet banking pessoa física e pessoa jurídica cresceram em quantidade de transação 16,66% em relação ao mesmo período de 2010.

- Serviço de URA - O Banco disponibiliza a seus clientes o serviço de transações eletrônicas na Unidade de Resposta Audível (URA), com consulta de saldos e extratos via fax, cadastramento de senhas e outros serviços eletrônicos.
- Serviço de Call Center e SAC - O Banpará disponibiliza a seus clientes o serviço de atendimento e transações por telefone (3004-4444 - Belém, Marabá e Santarém e 0800 285-8080 nas demais localidades) e o serviço de atendimento ao cliente (SAC 0800 280-6605), que garantem maior facilidade e comodidade para a realização de transações e obtenção de informações e registro de reclamações por telefone.

## **Expectativas**

O Plano de Negócios do Banpará apresenta uma expectativa de expansão em conformidade com a avaliação de mercado e com o atual cenário da carteira comercial, além de atender as premissas estabelecidas no PROJETO BANPARÁ 50 ANOS, contemplando a instalação de novas unidades e implantação do projeto correspondente no país “Aqui tem Banpará”, visando atender às localidades que não dispõem de serviços bancários.

A carteira de Pessoa Física apresenta o volume financeiro de aproximadamente R\$ 975.000 mil, com destaque para o Empréstimo Consignado e o Banparacard, além dos produtos Sazonais que mantêm a performance de boa aceitação por parte dos clientes.

Com o retorno das operações de crédito com Pessoa Jurídica, vislumbramos incremento na contribuição no resultado comercial durante o exercício de 2011, considerando que o potencial de crescimento do Banco neste segmento é extremamente significativo, principalmente em virtude da ampliação do público alvo.

## **Gestão e Tecnologia**

### **Governança Corporativa**

A estrutura organizacional do Banpará está constituída de acordo com os princípios da boa governança corporativa, garantindo transparência em sua forma de gestão, com postura ética e comprometida com os interesses, não somente do acionista controlador, acionistas minoritários e administradores, mas, também, de todas as partes interessadas envolvidas no processo.

Nesse contexto, é estabelecido o equilíbrio do controle e da fiscalização das ações praticadas, com prestação de contas (*accountability*), por meio de processos adequados e sistematizados, representado pelo alinhamento da gestão às diretrizes estratégicas previamente definidas, à transparência (*disclosure*), à equidade e a responsabilidade corporativa na conformidade com as regras (*compliance*).

A Assembleia Geral é o órgão superior de deliberação, sendo constituída pela reunião dos acionistas, convocada pelo Conselho de Administração e nas demais formas previstas em Lei ou no Estatuto.

O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, é composto de 06 (seis) membros efetivos e mesmo número de suplentes, eleito pela Assembleia Geral, ficando assegurada, na sua composição, a participação do Diretor-Presidente do Banpará e o assento de 01 (um) representante dos acionistas minoritários; 01(um) dos empregados e do Secretário de Estado da Fazenda.

O Conselho Fiscal é permanente e integrado por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, com mandato estendendo-se até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, sendo um deles, e o respectivo suplente, eleitos pelos acionistas minoritários. O exercício das funções de conselheiro fiscal subordinar-se-á à homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil.

A Diretoria é organizada sob a forma de Colegiado, e composta de 06 (seis) diretorias, assim distribuída: Presidência; Diretoria Administrativa; Diretoria de Controladoria e Planejamento e de Relações com Investidores; Diretoria Financeira; Diretoria de Crédito e Fomento; Diretoria de Tecnologia. Suas reuniões são semanais, ocasião em que é discutida a condução dos negócios do Banpará, com base nas orientações estratégicas do Conselho de Administração.

O Banpará mantém um componente de Ouvidoria, que atua na mediação de conflitos e acolhimento de reclamações, denúncias, sugestões e elogios dos clientes, colaboradores e usuários.

Adicionalmente, o Banpará disponibiliza as informações públicas da companhia, além das financeiras, econômicas e estatutárias, por meio do seu site: [www.banparanet.com.br](http://www.banparanet.com.br).

### **Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio**

Ao longo do primeiro semestre de 2011, foram pagos R\$ 17.823 mil de dividendos relativos ao exercício de 2010. Além disso, R\$ 7.809 mil de juros sobre capital próprio, relativos ao primeiro e segundo trimestres de 2011, serão pagos a partir de 10 de agosto de 2011.

### **Tecnologia da Informação**

Durante o 1º. semestre de 2011, a área de tecnologia da informação continuou dando suporte às demais áreas do Banco, na implementação e manutenção de novos sistemas e do parque computacional.

No que tange às ações de governança de TI, a implantação do novo *Service Desk* do Banco foi iniciada, focando no aprimoramento do gerenciamento da infraestrutura da tecnologia da informação, de acordo com as melhores práticas sugeridas pelo ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*).

Entre os principais sistemas implantados no período está o Correspondente Bancário, o qual disponibiliza um novo canal transacional com os clientes do Banco. O sistema possibilita a instalação de novos pontos de atendimento bancário com menor custo e mais agilidade. Foi iniciado também o desenvolvimento de aplicações para *Tablets* e *Smartphones*, objetivando criar outro canal de comunicação com os clientes, agregando a imagem de um Banco moderno e aderente às novas tecnologias de mobilidade.

No que tange as telecomunicações, a área tecnológica apoiou a implantação do projeto de modernização do PABX do Banco, proporcionando um menor custo na comunicação entre diversas áreas com a utilização de ramais.

Com o objetivo de sempre manter o parque computacional e os ativos de TI atualizados, foi realizada a aquisição de 400 novos terminais de caixa, para substituição dos terminais atualmente utilizados no Banco, proporcionando maior agilidade na execução das atividades do dia a dia.

A área de TI, pautada na premissa de excelência dos serviços e expansão da rede de atendimentos e usuários, possui projetos em fase de licitação e contratação, com o fito de que possam ser alcançadas as metas prospectadas para 2011.

### **Segurança da Informação**

No primeiro semestre de 2011, foi contratada uma nova solução em ferramentas de serviços gerenciadores de segurança da informação, com inovação tecnológica de *hardware* e *software*, provendo o acompanhamento em tempo real e integral das tentativas de invasão, spam, infecções, etc., mantendo a atualização do parque tecnológico e a integridade das informações trafegadas.

Foi implementada uma solução de inventário em todo parque tecnológico, proporcionando controle efetivo de *hardware* e *software* nas estações de trabalho e servidores do Banco.

Em sequência, foi criado o ALERTA semanal da área de segurança da informação, que informa os usuários da rede do Banpará sobre as principais fraudes executadas no âmbito da internet e os procedimentos necessários para evitá-las e combatê-las.

### **Gestão de Riscos**

O Banpará, quanto à gestão de riscos, desenvolve suas atividades de acordo com os padrões recomendados pelo Novo Acordo de Capital – Basileia II e de forma alinhada às boas práticas de mercado, de modo a garantir a melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital requerido. Para tanto, são utilizados como processos contínuos o aprimoramento sistemático das políticas de gestão dos riscos, sistemas de controles internos e normas de segurança, todos integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

Para o efetivo gerenciamento dos riscos corporativos, o Banpará realiza constantes atualizações no Sistema Integrado de Gerenciamento de Risco de Crédito, Mercado e Liquidez e, para atendimento ao Comunicado 21.183 BACEN, de 17 de junho de 2011, o Banco implementou parâmetros de Risco de Mercado necessários para o cálculo da parcela alocada para o risco de taxas de juros (Pjur1) em *Cenário Estressado*. Além disso, visando uma maior aderência do referido Sistema no controle e gerenciamento de Risco de liquidez, o Banpará realiza testes objetivando a validação do modelo utilizado no acompanhamento da margem de liquidez do Banco frente ao cenário Macroeconômico e aos acontecimentos que possam gerar risco de liquidez.

Neste semestre, o Banco adotou efetivamente a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada para calcular a parcela alocada para cobertura dos riscos operacionais (POPR), conforme a Circular nº 3.383, de 30 de abril de 2008. A mudança na abordagem reduziu consideravelmente a alocação de capital, aumentando a margem operacional do Banco. O acompanhamento do capital alocado mensalmente e das perdas materializadas permitiu verificar que o Banpará está em processo contínuo de evolução quanto à metodologia utilizada, pretendendo atingir o patamar em que as perdas materializadas sejam determinantes para a geração do valor alocado para sua efetiva cobertura, alcançando assim a qualificação para utilização do modelo avançado.

O Índice de Basiléia do Banpará encerrou o 1º semestre de 2011 registrando 32,04%, muito acima do índice mínimo exigido pelo Órgão Regulador (11%). Isso significa que, ao alavancar seus negócios o Banco possui um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos sem comprometer sua margem operacional.

### **Controles Internos e Compliance**

O sistema de controles internos contempla o monitoramento das atividades em todos os níveis do Banpará, como forma de garantir a conformidade.

Estrutura de Controles Internos – O Banpará deu seguimento à aplicação da metodologia de Autoavaliação de Controles e Riscos em suas unidades, sendo avaliadas, neste trimestre, 48 unidades, o que permitiu a identificação dos maiores riscos operacionais a que as áreas avaliadas estão expostas e a geração de 63 Planos de Ação para mitigá-los, dos quais 55 já foram finalizados, enquanto os demais serão acompanhados até a sua finalização.

Foram elaborados, ainda, 38 planos de ação, cujas demandas são provenientes, dentre outros, de Súmulas e Apontamentos de Auditoria, Reuniões de Comitês e Demandas da Diretoria.

No módulo de Compliance, além da atualização permanente, foi disponibilizado aos funcionários do Banco os instrumentos de gestão, onde poderão ser encontrados todos os tipos de Normativos Internos, de Comunicação Interna e Comunicação Externa, em conformidade com o disposto no Manual de Comunicação da Instituição.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro ( PLD) - O Banpará prossegue adotando procedimentos internos de controle em conformidade com a legislação vigente, com o objetivo de manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral.

### **Gestão de Pessoas**

No primeiro semestre, foram ofertadas 1.458 vagas em capacitação e desenvolvimento, objetivando o aperfeiçoamento profissional, a excelência nos serviços prestados e o acompanhamento das tendências do setor bancário.

Os investimentos em treinamentos alcançaram o montante de R\$ 407mil, com prioridade para as unidades de negócios, por meio do oferecimento de 1.342 vagas, voltadas principalmente aos procedimentos e controles internos, excelência no atendimento, capacitação de novos empregados e desenvolvimento, entre outros.

Ainda no primeiro semestre, houve a reformulação do Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará – PDEB, visando ampliar seu alcance, por meio da destinação de 60% do orçamento do programa, na ordem de R\$ 650mil, aos cursos de graduação. Atualmente, o Programa contempla 117 funcionários, em cursos de graduação e 15 em cursos de pós-graduação.

Ao encerrar o primeiro semestre, o Banco contava com 1.263 empregados, 112 estagiários e 27 menores aprendizes.

### **Investimento em Segurança Bancária**

Mantendo o processo de melhoria contínua e diversificação dos investimentos em segurança bancária, a Instituição adquiriu novos cofres e fechaduras de retardo, estabelecendo programação para substituição dos equipamentos atualmente utilizados, ainda no presente exercício.

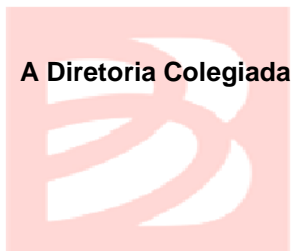
Ainda no primeiro semestre, foram realizados treinamentos voltados à segurança bancária, visando internalizar os procedimentos e adoção de condutas preventivas aos sinistros. Tais treinamentos contaram com a participação de gestores e funcionários das unidades de negócios.

### **Circular nº 3.068/01 – BACEN**

O Banpará declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 181.036 mil, representando 42,8% do total de títulos e valores mobiliários.

### **Auditoria Independente**

Em cumprimento ao contido no art. 2º da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Associados abrangem, exclusivamente, os de auditoria externa.



**Banpará**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2011**  
 (Valores expressos em milhares de Reais )

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>		
	<b>30.06.11</b>	<b>30.06.10</b>
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.530.679</b>	<b>1.072.077</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>87.476</b>	<b>65.134</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4)</b>	<b>723.609</b>	<b>373.103</b>
Aplicações no Mercado Aberto	616.950	289.996
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	106.659	83.107
<b>Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)</b>	<b>4.747</b>	<b>4.272</b>
Carteira Própria	2.848	2.563
Vinculados a Prestação de Garantia	1.899	1.709
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>135.070</b>	<b>123.577</b>
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	6.951	5.574
Créditos Vinculados: (Nota 6)		
Depósitos no Banco Central	128.076	117.897
SFH – Sistema Financeiro da Habitação	-	32
Correspondentes	43	74
<b>Relações Interdependência</b>	<b>-</b>	<b>5</b>
<b>Operações de Crédito (Nota 7)</b>	<b>528.972</b>	<b>448.483</b>
Setor Público	-	77
Setor Privado	560.156	466.594
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(31.184)	(18.188)
<b>Outros Créditos (Nota 8)</b>	<b>47.807</b>	<b>55.087</b>
Carteira de Câmbio	148	171
Rendas a Receber	805	1.380
Diversos	48.105	54.398
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.251)	(862)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>2.998</b>	<b>2.416</b>
Outros Valores e Bens	5.446	4.189
(Provisões para Desvalorizações)	(2.489)	(1.828)
Despesas Antecipadas	41	55
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>905.968</b>	<b>801.699</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)</b>	<b>418.361</b>	<b>404.251</b>
Carteira Própria	416.054	399.633
Vinculado a Compromissos de Recompra	2.307	4.618
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>55.519</b>	<b>53.351</b>
Créditos Vinculados: (Nota 6)		
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	55.519	53.351
<b>Operações de Crédito:</b>	<b>420.576</b>	<b>320.587</b>
Setor Privado	430.736	333.591
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(10.160)	(13.004)
<b>Outros Créditos (Nota 8)</b>	<b>11.512</b>	<b>23.510</b>
Diversos	11.512	23.510
<b>Permanente</b>	<b>41.214</b>	<b>42.480</b>
<b>Investimento</b>	<b>33</b>	<b>33</b>
Outros Investimentos	171	171
(Provisão para Perdas)	(138)	(138)
<b>Imobilizado de Uso (Nota 9)</b>	<b>39.075</b>	<b>40.513</b>
Imóveis de Uso	44.721	44.683
Outras Imobilizações de Uso	53.169	51.219
(Depreciações Acumuladas)	(58.815)	(55.389)
<b>Diferido</b>	<b>8</b>	<b>118</b>
Gastos de Organização e expansão	546	546
(Amortização acumulada)	(538)	(428)
<b>Intangível</b>	<b>2.097</b>	<b>1.816</b>
Outros Ativos Intangíveis	3.041	2.231
(Amortização Acumulada – Intangível)	(944)	(415)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.447.860</b>	<b>1.916.256</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

	<b>30.06.11</b>	<b>30.06.10</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b>	<b>2.126.918</b>	<b>1.644.806</b>
<b>Depósitos (Nota 10)</b>	<b>2.009.391</b>	<b>1.529.043</b>
Depósitos à Vista	576.007	493.976
Depósitos de Poupança	315.956	254.402
Depósitos Interfinanceiros	66.782	8.079
Depósitos a Prazo	1.050.646	772.586
<b>Captação no Mercado Aberto</b>	<b>2.299</b>	<b>4.600</b>
Carteira Própria	2.299	4.600
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>13.160</b>	<b>14.928</b>
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	12.972	14.767
Correspondentes	188	161
<b>Relações Interdependências</b>	<b>64</b>	<b>139</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros	59	93
Transferências Internas de Terceiros	5	46
<b>Outras Obrigações</b>	<b>102.003</b>	<b>96.096</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	8.243	6.820
Sociais e Estatutárias	119	81
Fiscais e Previdenciárias	11.408	10.518
Negociação e Intermediação de Valores	6.459	8.414
Diversas (Nota 11)	75.774	70.263
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>46.050</b>	<b>38.711</b>
<b>Depósitos (Nota 10)</b>	<b>23.400</b>	<b>16.782</b>
Depósitos à Prazo	23.400	16.782
<b>Outras Obrigações</b>	<b>22.650</b>	<b>21.929</b>
Diversas (Nota 11)	22.650	21.929
<b>Patrimônio Líquido (Nota 12)</b>	<b>304.892</b>	<b>232.739</b>
<b>Capital Social</b>	<b>105.895</b>	<b>105.895</b>
<b>Reserva de Lucro</b>	<b>158.246</b>	<b>95.865</b>
<b>Lucros Acumulados</b>	<b>40.751</b>	<b>30.979</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.477.860</b>	<b>1.916.256</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	<b>30.06.11</b>	<b>30.06.10</b>
<b>Receita da Intermediação Financeira</b>	<b>255.662</b>	<b>186.837</b>
Operações de Crédito	198.349	153.120
Resultado de Oper. com Tít. e Valores Mobiliários	53.501	30.795
Resultado de Operações de Câmbio	19	6
Resultado das Aplicações Compulsórias	3.793	2.916
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>(80.286)</b>	<b>(48.693)</b>
Operações de Captação no Mercado	(65.459)	(39.330)
Resultado de Operações de Câmbio	-	-
Provisão para Operações de Crédito	(14.827)	(9.363)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>175.376</b>	<b>138.144</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(100.256)</b>	<b>(81.920)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	8.279	2.978
Rendas de Tarifas Bancárias	6.836	11.983
Despesas de Pessoal	(56.024)	(46.590)
Outras Despesas Administrativas	(48.706)	(41.739)
Despesas Tributárias	(10.764)	(8.636)
Outras Receitas Operacionais (Nota 2.2.1)	3.007	3.178
Outras Despesas Operacionais (Nota 2.2.1)	(2.884)	(3.094)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>75.120</b>	<b>56.224</b>
<b>Resultado não Operacional (Nota 2.2.2)</b>	<b>2.320</b>	<b>118</b>
<b>Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>77.440</b>	<b>56.342</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(30.469)</b>	<b>(20.640)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(13.271)	(8.937)
Provisão para Contribuição Social	(8.022)	(5.461)
Ativo Fiscal Diferido	(9.176)	(6.242)
<b>Participações no Lucro</b>	<b>(6.220)</b>	<b>(4.723)</b>
Empregados – Lei 10.101, de 19.12.2000	(6.116)	(4.653)
Administradores – Lei 6.404, de 15.12.1976	(104)	(70)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>40.751</b>	<b>30.979</b>
<b>Lucro Líquido por ação (R\$)</b>	<b>4,28</b>	<b>3,25</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>105.895</b>	<b>5.511</b>	<b>99.874</b>	-	<b>211.280</b>
Reversão para Reserva de Lucros	-	(5.511)	5.511	-	-
Dividendos Distribuídos AGO 06.04.2010	-	-	(9.520)	-	(9.520)
Lucro Líquido do 1º semestre de 2010	-	-	-	30.979	30.979
<b>Saldo em 30 de junho de 2010</b>	<b>105.895</b>	-	<b>95.865</b>	<b>30.979</b>	<b>232.739</b>
<b>Mutações do Semestre</b>	-	<b>(5.511)</b>	<b>(4.009)</b>	<b>30.979</b>	<b>21.459</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>105.895</b>	-	<b>158.246</b>	-	<b>264.141</b>
Lucro Líquido do 1º semestre de 2011	-	-	-	40.751	40.751
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>	<b>105.895</b>	-	<b>158.246</b>	<b>40.751</b>	<b>304.892</b>
<b>Mutações do Semestre</b>	-	-	-	<b>40.751</b>	<b>40.751</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

	<b>30.06.11</b>	<b>30.06.10</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Lucro Líquido</b>	<b>40.751</b>	<b>30.978</b>
<b>Ajustado Por:</b>		
Depreciação/Amortização	2.989	3.468
Provisão p/ Perdas de Investimentos		
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>43.740</b>	<b>34.446</b>
<b>Variação de Ativos e Obrigações</b>		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(349.543)	(43.326)
Títulos e Valores Mobiliários	(7.988)	113.497
Relações Interfinanceiras/Interdependências	30.255	18.068
Operações de Crédito	(119.203)	(187.519)
Outros Créditos	10.638	(17.843)
Outros Valores e Bens	1.728	647
Depósitos	397.266	136.687
Obrigações por Operações Compromissadas	(1.738)	(33.100)
Outras Obrigações	17.875	3.046
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>(20.710)</b>	<b>(9.842)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	255	242
Alienação de Imobilizado de Uso	671	200
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(2.127)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.808)	(5.785)
Aplicação no Diferido	-	(69)
Aplicação no Intangível	337	-
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento</b>	<b>(5.672)</b>	<b>(5.612)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>		
Dividendos Pagos	(8.910)	(9.520)
<b>Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamentos</b>	<b>(8.910)</b>	<b>(9.520)</b>
<b>Disponibilidade Líquida de Caixa</b>	<b>8.448</b>	<b>9.472</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquidas</b>		
Início do Período	79.028	55.662
Fim do Período	87.476	65.134
<b>Variação Líquida das Disponibilidades</b>	<b>8.448</b>	<b>9.472</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

	<b>30.06.11</b>	<b>30.06.10</b>
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>260.613</b>	<b>193.899</b>
Intermediação Financeira	250.048	182.081
Prestação de Serviços	15.115	14.961
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão	(13.755)	(8.770)
Outras	9.205	5.627
<b>2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(66.183)</b>	<b>(39.877)</b>
Captação	(65.459)	(39.330)
Câmbio	(26)	(11)
Títulos e Valores Mobiliários	(698)	(536)
<b>3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(45.659)</b>	<b>(38.098)</b>
Materiais, Energia e Outros	(3.517)	(3.450)
Serviços de Terceiros	(40.646)	(33.932)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(1.496)	(716)
<b>4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>148.771</b>	<b>115.924</b>
<b>5 - RETENÇÕES</b>	<b>(3.519)</b>	<b>(3.485)</b>
Amortização	(327)	(276)
Depreciação	(3.192)	(3.209)
<b>6 - VALOR ADIC. LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>145.252</b>	<b>112.439</b>
<b>7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>145.252</b>	<b>112.439</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>145.252</b>	<b>112.439</b>
<b>8.1 - Pessoal</b>	<b>54.508</b>	<b>44.521</b>
Remuneração Direta	37.474	32.053
Benefícios	14.483	10.333
FGTS	2.551	2.135
<b>8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>48.969</b>	<b>36.067</b>
Federais	47.968	35.065
Municipais	1.001	1.002
<b>8.3 - Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>1.024</b>	<b>872</b>
<b>8.4 - Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>40.751</b>	<b>30.979</b>
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	10.187	7.745
Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	30.564	23.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
RELATIVAS AO 1º SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011**  
(valores expressos em milhares de reais)

## 1 Contexto operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ é uma sociedade anônima aberta de economia mista, tendo como acionista majoritário o Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo, com as carteiras: comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

A autorização para a conclusão destas informações financeiras foi dada pela Diretoria do Banco em 12 de agosto de 2011.

## 3 Resumo das principais práticas contábeis

### a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

### b. Ativo circulante e realizável a longo prazo

#### *Caixa e Equivalentes de Caixa*

Para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa são compostos por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo prazo de vencimento das operações, na data de aquisição, seja igual ou inferior a 90 dias.

#### *Aplicações Interfinanceiras de Liquidez*

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

#### *Títulos e Valores Mobiliários*

Os Títulos e Valores Mobiliários estão registrados e classificados de acordo com as Circulares nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis em carteira em:

- I. Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- II. Títulos disponíveis para venda – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- III. Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. O registro dos “Títulos Mantidos até o Vencimento” em Circulante e Não Circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os rendimentos dos títulos, calculados “pro rata die” com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado do período, independentemente da categoria em que são classificados.

#### *Instrumentos Financeiros e Derivativos*

Os instrumentos financeiros e derivativos são registrados, na data da aquisição, de acordo com a intenção da Administração, levando-se em conta a finalidade de projeção contra riscos (*hedge*) ou não, conforme Circular BCB nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002.

As operações com instrumentos financeiros efetuados em negociação associada à operação de captação de recursos, com o mesmo prazo de vencimento e com a mesma contraparte da operação associada, não são ajustadas a mercado, conforme Circular BCB nº 3.150, de 11 de setembro de 2002. A Instituição não operou com derivativos.

#### *Relações Interfinanceiras*

Os créditos junto ao FCVS, decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, são registrados pelo valor nominal atualizado pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa total ou parcial dos créditos por parte do FCVS. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

#### *Operações de Crédito*

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas com taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia em rendas a apropriar e as operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos, observado que, se vencidas há mais de 59 dias, as rendas somente são reconhecidas se efetivamente recebidas.

#### *Outros Valores e Bens*

Composto basicamente por Bens Não de Uso Próprio, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. É mantida provisão para desvalorização de 50% do valor de registro. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. Segundo as normas bancárias brasileiras, devemos dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

### **c. Ativo Permanente**

Os Investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes.

No Imobilizado é registrado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

- |  |     |
|--|-----|
| • Imóveis de uso – Edificações                                 | 4%  |
| • Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação | 20% |
| • Demais itens   | 10% |

A Administração da Instituição entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26 de novembro de 2008, do CMN.

O Diferido está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da referida Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

**d. Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

**e. Passivos circulante e exigível a longo prazo**

Depósitos e captações no mercado aberto - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Demais passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias vencidas e proporcionais e os abonos e folgas estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

**Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias**

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento, de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na deliberação nº 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e Resolução CMN nº 3.823/09.

- Os ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Os passivos contingentes – decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

**f. Tributos**

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep, Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
ISS	até 5%

**g. Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações contábeis inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões, cálculo de provisões técnicas de

plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

#### 4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez tem a seguinte composição:

<b>Títulos</b>	<b>30.06.11</b>	<b>30.06.10</b>
<b>Posição Bancada:</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	421.947	224.996
Letras do Tesouro Nacional	125.002	65.000
Nota do Tesouro Nacional	70.001	-
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>		
Não Ligadas	106.659	83.107
<b>Total</b>	<b>23.609</b>	<b>373.103</b>

#### 5 Títulos e valores mobiliários

##### a) Classificação por tipo de papel:

<b>Títulos</b>	<b>30.06.11</b>	<b>30.06.10</b>
<b>Livres</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	237.866	211.537
CVS	181.036	190.659
<b>Vinculados a Operações Compromissadas</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	2.307	4.618
<b>Vinculados à Prestação de Garantia</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	1.899	1.709
<b>Total</b>	<b>423.108</b>	<b>408.523</b>

##### b) Classificação por categoria e vencimento:

<b>Tipo</b>	<b>30.06.11</b>			<b>30.06.10</b>		
	<b>Valor de Custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Faixa de Vencimento</b>	<b>Valor de Custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Faixa de Vencimento</b>
<b>Títulos para Negociação</b>						
LFT	242.072	242.072	07.03.2012 à 07.09.2015	217.948	217.864	07/09/2010 à 07/09/2015
<b>Títulos Mantidos até Vencimento</b>						
CVS	181.036	181.036	01/01/2027	190.659	190.659	01/01/2027
<b>Total</b>	<b>423.108</b>	<b>423.108</b>		<b>408.60</b>	<b>408.523</b>	

CVS são títulos recebidos do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. O FCVS, criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação – BNH, tem como função garantir, perante os bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação (utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos) e os reajustes salariais.

#### 6 Créditos vinculados

##### Composição:

<b>Itens</b>	<b>30.06.11</b>	<b>30.06.10</b>
Reservas Compulsórias em Espécie – Bacen (a)	58.535	62.360

Recolhimentos s/ Depósitos de Poupança – Bacen (a)	62.592	49.668
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	55.519	53.351
Recolhimento compulsório – Compensação de documentos Bacen	5.313	4.158
Outros	1.636	1.722
<b>Total</b>	<b>183.595</b>	<b>171.279</b>

(a) Os depósitos no Bacen são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais, e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista.

(b) Os créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, já homologados pela Caixa Econômica Federal e em processo de emissão dos títulos CVS (Nota 5) pela STN. O Banco possui na carteira de FCVS o montante de R\$55.519 mil, referente à (423) contratos com as seguintes situações:

b.1 - Habilitado e não homologado: representam os contratos já habilitados em fase de análise por parte da CAIXA ou do FCVS para homologação final. Nesta situação o Banco possui (110) contratos no montante de R\$ 12.820 mil.

b.2 - Habilitado e homologado: representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem do processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/00, para sua realização. O Banco possui (313) contratos no valor de R\$ 42.699 mil.

Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR).

Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela Caixa Econômica Federal.

O Banco possui em sua carteira 150 contratos no valor total de R\$ 24.099 mil, cuja cobertura pelo FCVS foi negada pela Caixa por alegação de indício de multiplicidade e outras situações. A Administração, adotando uma postura conservadora, decidiu por não reconhecer contabilmente referidos créditos, por ainda não ter sido reconhecido pela CAIXA.

## 7 Operações de crédito e outros créditos

### 7.1 Composição da Carteira com Característica de Concessão de Crédito:

#### a) Por tipo de Operação

	30.06.11	30.06.10
<b>Operações de Crédito</b>	<b>990.892</b>	<b>800.262</b>
Adiantamentos a Depositantes	268	120
Empréstimos	979.142	787.013
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	8.339	9.466
Financiamentos Imobiliários	3.143	3.586
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	77
<b>Total</b>	<b>990.892</b>	<b>800.262</b>

**b) Por Faixas de Vencimento e Nível de Risco:**

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.11	30.06.10
<b>Parcelas Vincendas (A Vencer)</b>	-	<b>845.182</b>	<b>5.374</b>	<b>28.770</b>	<b>79.221</b>	<b>1.246</b>	<b>1.618</b>	<b>1.590</b>	<b>17.091</b>	<b>980.092</b>	<b>794.009</b>
Até 30 dias	-	58.300	400	1.657	4.363	113	145	97	2.613	67.688	56.228
31 a 60 dias	-	25.837	254	763	2.062	48	60	62	383	29.469	24.762
61 a 90 dias	-	51.386	343	1.465	4.088	72	84	74	840	58.352	47.839
91 a 180 dias	-	158.019	869	4.672	13.869	188	223	201	1.559	179.600	148.768
181 a 360 dias	-	187.240	1.010	5.741	15.504	222	282	314	1.712	212.025	181.335
Acima de 360 dias	-	363.194	2.495	14.306	38.912	571	771	792	9.695	430.736	333.592
Parcelas Vencidas até 14 dias	-	1.206	3	166	423	32	53	50	289	2.222	1.485
<b>Parcelas Vencidas</b>	-	-	<b>195</b>	<b>389</b>	<b>334</b>	<b>305</b>	<b>1.267</b>	<b>632</b>	<b>7.678</b>	<b>10.800</b>	<b>6.253</b>
15 a 30 dias	-	-	195	104	31	23	33	20	124	530	495
31 a 60 dias	-	-	-	283	168	97	288	87	620	1.543	1.037
61 a 90 dias	-	-	-	1	118	101	312	86	676	1.294	861
91 a 180 dias	-	-	-	1	-	84	634	439	2.404	3.562	1.781
181 a 360 dias	-	-	-	-	17	-	-	-	3.828	3.845	2.035
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	26	26	44
<b>Total em 30.06.11</b>	-	<b>845.182</b>	<b>5.569</b>	<b>29.159</b>	<b>79.555</b>	<b>1.551</b>	<b>2.885</b>	<b>2.222</b>	<b>24.769</b>	<b>990.892</b>	
<b>Total em 30.06.10</b>	<b>77</b>	<b>716.559</b>	<b>4.782</b>	<b>15.280</b>	<b>38.215</b>	<b>1.299</b>	<b>1.323</b>	<b>1.652</b>	<b>21.075</b>		<b>800.262</b>

**c) Por Setores de Atividade**

Itens	30.06.11	%	30.06.10	%
Setor Público	-	-	77	0,01
Infraestrutural	-	-	77	0,01
Setor Privado	-	-	800.185	99,99
Pessoas Físicas	972.075	98,10	783.755	97,94
Pessoas Jurídicas	7.335	0,74	3.378	0,42
Rural	8.339	0,84	9.466	1,18
Habitação	3.143	0,32	3.586	0,45
<b>Total</b>	<b>990.892</b>	<b>100</b>	<b>800.262</b>	<b>100</b>

**7.2 Provisões para perdas em operações de crédito**

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constituiu-se provisão para créditos em liquidação a taxas que variam entre 0,5% e 100% em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Itens	30.06.11	30.06.10
<b>Saldo no início do Semestre</b>	<b>(33.347)</b>	<b>(28.236)</b>
Provisões Constituídas	(23.525)	(15.064)
Reversões de Provisões	9.586	2.569
Valores Baixados ou Compensados c/ Créditos	5.942	9.539
<b>Provisão para Perdas nas Operações de Crédito</b>	<b>(41.344)</b>	<b>(31.192)</b>
<b>Provisão para Outros Créditos</b>	<b>(1.251)</b>	<b>(862)</b>
<b>Saldo no final do Semestre</b>	<b>(42.595)</b>	<b>(32.054)</b>

O montante dos créditos recuperados, no 1º semestre de 2011, que haviam sido anteriormente baixados contra provisão, foi de R\$2.545 mil (R\$2.146 no 1º semestre de 2010).

**7.3 Rendas de operações de crédito**

	30.06.11	30.06.10
Adiantamento a depositante	213	98
Empréstimo	195.052	149.815
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.545	2.146

Financiamentos e empreendimentos imobiliários	285	748
Financiamentos rurais	254	305
Financiamentos Infraestruturais	-	8
<b>Total</b>	<b>198.349</b>	<b>153.120</b>

## 8 Outros créditos sem características de concessão de crédito

	30.06.11	30.06.10
<b>Carteira de Câmbio</b>	<b>148</b>	<b>171</b>
<b>Rendas a Receber</b>	<b>805</b>	<b>1.380</b>
Dividendos e Bonificações	6	6
Serviços Prestados a receber	704	1.351
Outras Rendas A Receber	95	23
<b>Diversos</b>	<b>59.617</b>	<b>77.908</b>
Adiantamento e Antecipações salariais	3.311	2.762
Adiantamento para Pagamento	8.299	2.481
Crédito tributário - IR/CSLL	13.597	28.505
Devedores por Depósitos em Garantia	24.771	26.809
Imposto e Contribuições a Compensar	1.283	61
Pagamentos a Ressarcir	899	452
Devedores Diversos - País	7.457	16.838
<b>Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(1.251)</b>	<b>(862)</b>
Sem Características de Concessão de Créditos	(1.251)	(862)
<b>Total</b>	<b>59.319</b>	<b>78.597</b>

## 9 Imobilizado de uso

Itens	30.06.11	30.06.10
Imóveis de Uso		
Terrenos	6.970	6.970
Edificações	37.751	37.713
(Depreciação Acumulada)	(30.834)	(29.325)
Outras Imobilizações de Uso		
Sistema de Processamento de Dados	38.163	35.184
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	6.656	7.253
Sistema de Comunicação	743	807
Sistema de Segurança e Transportes	3.103	1.881
Móveis e Equipamentos em Estoque	189	1.963
Imobilizações em Curso	4.315	4.131
(Depreciação Acumulada)	(27.981)	(26.064)
<b>Total de Imobilizado de Uso</b>	<b>39.075</b>	<b>40.513</b>

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

## 10 Captações

### a) Depósitos:

	30.06.11	30.06.10
Depósitos à Vista	576.007	493.976
Depósitos do Público	326.750	309.205
Depósitos de Instituições Financeiras	329	214
Depósitos Vinculados	9.376	9.504
Depósitos de Governo	239.552	175.053

Depósitos a Prazo	1.071.594	787.831
Depósitos de Poupança	315.956	254.402
Depósitos Interfinanceiros	66.782	8.079
Depósitos Judicial c/ Remuneração	2.452	1.537
<b>Total</b>	<b>2.032.791</b>	<b>1.545.825</b>

Os Depósitos de Poupança são atualizados pela variação da Taxa Referencial e acrescidos de juros de 6% ao ano; os Depósitos a Prazo são remunerados à taxa (em função do CDI) com vencimentos, entre 30 e 180 dias.

**b) Composição dos depósitos por vencimentos:**

Vencimento	À vista	À prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.11	30.06.10
Sem vencimento	576.007	2.452	-	315.956	894.415	493.976
até 30 dias	-	21.406	-	-	21.406	282.157
de 31 a 60 dias	-	39.074	5.345	-	44.419	14.496
de 61 a 90 dias	-	9.256	61.336	-	70.592	33.174
de 91 a 180 dias	-	93.270	101	-	93.371	103.250
de 181 a 360 dias	-	885.188	-	-	885.188	601.990
acima de 360 dias	-	23.400	-	-	23.400	16.782
<b>Total</b>	<b>576.007</b>	<b>1.074.046</b>	<b>66.782</b>	<b>315.956</b>	<b>2.032.791</b>	<b>1.545.825</b>

**c) Composição por segmento de mercado:**

Composição	À vista	À prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.11	30.06.10
Sociedades ligadas	229.070	889.642	-	-	1.118.712	870.656
Pessoas físicas	241.822	47.908	-	303.839	593.569	494.095
Instituições financeiras	329	-	66.782	-	67.111	8.293
Pessoas jurídicas	86.344	136.497	-	12.117	234.958	152.578
Governo Municipal	18.442	-	-	-	18.442	20.203
<b>Total</b>	<b>576.007</b>	<b>1.074.046</b>	<b>66.782</b>	<b>315.956</b>	<b>2.032.791</b>	<b>1.545.825</b>

**d) Despesas de Captação:**

	30.06.11	30.06.10
Depósitos de Poupança	10.229	7.207
Depósitos Interfinanceiros	3.282	578
Depósitos a Prazo	49.067	29.825
Depósitos Judiciais	679	4
Operações Compromissadas - Carteira Própria e de Terceiros	779	609
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	1.423	1.107
<b>Total</b>	<b>65.459</b>	<b>39.330</b>

**11 Outras obrigações - diversas**

Itens	30.06.11	30.06.10
Cheque Administrativo	325	424
Contrato de Assunção de Obrigações	5.299	4.926
Obrigações p/ Contribuições ao SFH	4	11
Obrigações por Convênios	9.107	9.705
Obrigações por Prestação de Serviços	9.017	7.695
Provisão para Pagamentos a Efetuar <sup>(a)</sup>	58.086	46.991
Credores Diversos - País	1.980	6.387
Passivo Contingente – Trabalhista <sup>(b)</sup>	3.968	6.675
Passivo Contingente – Cíveis <sup>(b)</sup>	9.466	8.078
Passivo Contingente – Cessão de Crédito Rural com Coobrigação <sup>(b)</sup>	1.172	1.300
<b>Total</b>	<b>98.424</b>	<b>92.192</b>

a) **As principais provisões constituídas no 1º semestre de 2011 que compõem o saldo da rubrica Provisões para Pagamentos a Efetuar, são:**

Itens	30.06.11	30.06.10
Provisão com Pessoal	12.960	10.607
Suplementação e contribuição PAVI/PROIAP/PDVI	9	18
Provisão com Participação nos Lucros e Resultados – PLR	6.149	4.630
Obrigações Atuarial (Nota 15)	28.561	26.682
Provisão p/ Outras Despesas Administrativas	9.912	4.675
Outros	495	379
<b>Total</b>	<b>58.086</b>	<b>46.991</b>

b) **Passivos contingentes:**

O Banco é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, adotando-se 3 critérios: Critério 1 Chance considerada como remota de perda, onde não são provisionados valores relacionados à ação; Critério 2 Chance possível de perda, onde são provisionados 50% dos valores relacionados; Critério 3 Chance provável de perda, no que se provisiona 100% dos valores relacionados.

A administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

Probabilidade de Perda	Trabalhista (b.1)	Cível (b.2)	Fiscais e previdenciários (b.3)	30.06.11	30.06.10
Provável	3.643	4.218	2.489	10.350	11.759
Possível	325	5.248	405	5.978	6.628
<b>Total</b>	<b>3.968</b>	<b>9.466</b>	<b>2.894</b>	<b>16.328</b>	<b>18.387</b>

**b.1) Processos Trabalhistas**

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”. Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

**b.2) Processos Cíveis**

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

**b.3) Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias**

O Banpará vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazo, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 31 de dezembro de 2010, são:

- **CPMF - R\$2.018 mil** - Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de Declarações relacionadas à CPMF. No mérito é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **INSS - R\$404 mil** - Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar visando afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o Abono Único concedido pela Convenção Coletiva de Trabalho 2003/2004. A tese do banco tem como fundamento a natureza não salarial do abono concedido, o que afasta a incidência de contribuição previdenciária. A tese tem amparo na pacífica posição jurisprudencial sobre o assunto.

- **ITR - R\$44 mil** - Trata-se de Execução Fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de Execução Fiscal já em curso. Os acertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da CDA (Certidão de Dívida Ativa). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

- **IPTU - R\$428 mil** - Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Belém - PA visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativos a imóveis do patrimônio do banco. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário tendo em conta que o banco já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito administrativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos pelo banco.

#### b.4) Cessão de Crédito Rural com Coobrigação:

Trata-se de provisão constituída para fazer face a possíveis perdas nas operações de Crédito Rural Securitizados (cedidas) pelo Banco à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, objeto do contrato de equalização de encargos financeiros e de Alongamento de dívidas originárias do Crédito Rural.

#### c) Movimentação das provisões:

	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
<b>No início do Semestre</b>	<b>3.478</b>	<b>9.120</b>	<b>2.708</b>
Atualização monetária	95	550	186
Constituições/(reversões)	592	243	-
Pagamentos	(197)	(447)	-
<b>No final do Semestre</b>	<b>3.968</b>	<b>9.466</b>	<b>2.894</b>

## 12 Patrimônio líquido

### 12.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banpará.

Acionista	Total	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767
Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banpará	759	0,0080
Administradores	12	0,0001
Outros	1.445	0,0152
<b>Total</b>	<b>9.521.649</b>	<b>100,00</b>

### Ações em Circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações Não em Circulação <sup>1</sup>	Ações em Circulação <sup>2</sup>	Total de Ações	% Ações em Circulação
ON	9.519.471	2.178	9.521.649	0,0229

<sup>1</sup> Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do Banpará.

<sup>2</sup> Totais de ações emitidas pelo Banpará, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

## 12.2 Exigibilidades de Capital e Limites de Imobilização

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 30 de junho de 2011, conforme regulamentação em vigor:

Indicadores	30.06.11	30.06.10
<b>Patrimônio de Referência – PR</b>	<b>304.662</b>	<b>232.508</b>
Patrimônio de Referência Exigido – PRE	104.600	120.237
Índice de Basiléia	32,04%	21,3%
<b>Índice de Imobilização</b>	<b>13,45%</b>	<b>17,4%</b>
Margem de Imobilização	111.343	74.001

## 13 Remuneração dos administradores

Os honorários dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banpará totalizaram R\$674 mil no 1º semestre de 2011 (R\$411 mil no 1º semestre 2010).

## 14 Gestão de risco

### Gestão de Riscos

A cultura de gerenciamento de risco no Banpará está pautada nos Princípios do Novo Acordo de Basiléia bem como nas regulamentações do órgão regulador. O processo de gestão de riscos envolve todas as unidades geradoras de exposição a risco estimulando dessa forma o envolvimento direto dos gestores de modo a fortalecer a disseminação da cultura de riscos na Instituição. Com vistas à tornar as análises dos Riscos Corporativos mais acuradas foram adotadas as seguintes ações para o período:

#### Risco de Mercado

Com vistas a atender ao Comunicado 21.183 BACEN, de 17 de junho 2011, foi implementado no Sistema Integrado de Gerenciamento de Risco de Crédito, Mercado e Liquidez Cenário Estressado para o cálculo da parcela alocada para o risco de taxas de juros (PJUR1), em atendimento às alterações nas Instruções de Preenchimento do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), de que tratam a Circular nº 3.398, de 23 de julho de 2008 e a Carta-Circular nº 3.471, de 11 de novembro de 2010.

#### Risco de Crédito

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721/09, foram realizadas a Revisão da Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito e a Implantação do Módulo Crédito Multidimensional no Sistema Integrado de Gerenciamento de Risco de Crédito, Mercado e Liquidez, que está em fase de homologação para a efetiva geração das informações utilizadas na Gestão de Risco de Crédito Corporativo do Banco. Para o 1º semestre de 2011 o Banpará apresentou Índice de Basiléia de 32,04%, superior em 8,94 p.p em relação ao encerramento do semestre anterior quando registrava 23,10%. O aumento ocorreu principalmente em decorrência da alteração na metodologia para apuração de capital para cobertura de exposição ao Risco Operacional – POPR ocorrida em janeiro de 2011. O Índice de Basiléia do Banpará vem se mantendo acima do índice mínimo exigido pelo Órgão Regulador (11%), isso significa que, ao alavancar seus negócios o Banco possui um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos sem comprometer totalmente sua margem operacional de exposição aos riscos.

#### Risco de Liquidez

Visando uma maior aderência do Sistema Integrado de Gerenciamento de Risco de Crédito, Mercado e Liquidez, estão sendo realizados testes objetivando a efetiva validação do modelo utilizado no acompanhamento da margem de liquidez do Banco, pautada em metodologia proprietária e passível de verificação pelo Órgão Regulador. Além disso, o Banco mantém o acompanhamento contínuo das operações realizadas por meio de análises de cenários macroeconômicos e de eventos que possam impactar na margem de liquidez.

#### Risco Operacional

O Banpará, neste semestre, adotou efetivamente a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS) para calcular a parcela alocada para cobertura dos riscos operacionais (parcela POPR), conforme estabelece a Circular nº 3.383, de 30 de abril de 2008. A mudança na abordagem reduziu consideravelmente a alocação de capital, aumentando a margem operacional do Banco, o que permitiu verificar que o Banpará vem evoluindo quanto à escolha da metodologia empregada, pretendendo alcançar, assim, a qualificação para utilização do Método Avançado (Advanced Measurement Approach, AMA), que implica em maior redução do montante alocado, tendo em conta que a gestão das perdas concretizadas, influenciará diretamente o cálculo ou apuração desse montante.

Mais detalhes sobre o processo de controle de risco podem ser consultados no site [www.banparanet.com.br](http://www.banparanet.com.br) na rota: O BANPARÁ/Relação com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos.

## 15 Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

### 15.1 Plano de Suplementação de Aposentadoria

O Banpará patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela CAFBEP - Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banpará, entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios denominado Prev-Renda, estruturado na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios: (a) renda temporária – considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev-Renda.

São os seguintes os benefícios de complementação de aposentadoria:

#### a) Plano Básico de Benefício Definido - BD

Plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Tem em vista assegurar aos seus participantes a suplementação de aposentadoria e pensão, pecúlio por morte e auxílio reclusão. A partir da implantação do plano de benefícios denominado PREV-RENDA, em 20 de dezembro de 2002, este Plano Básico de Benefícios passou a ser considerado Plano em extinção, não recebendo novas inscrições.

O plano de benefício definido é regido pelo Regulamento do Plano Básico, onde estão todas as normas internas para o cálculo, concessão e manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes benefícios:

- 1 Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- 2 Suplementação de aposentadoria por idade;
- 3 Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- 4 Suplementação da pensão por morte;
- 5 Suplementação do auxílio-reclusão;
- 6 Suplementação do abono anual.

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo.

<b>Participantes assistidos</b>	<b>2010</b>
Quantidade	19
Idade média (anos)	65,21
Benefício médio (R\$)	3.119,83
<b>Pensionistas</b>	
Quantidade	2
Idade média (anos)	66,00
Benefício médio	1.434,58

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

- i) Premissas Biométricas:
  - Tábua de mortalidade geral: AT-83 male;
  - Tábua de entrada em invalidez: não usada, por inexistirem ativos;
  - Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57;
  - Tábua de serviço: não empregada por inexistirem ativos.
- ii) Premissas Econômicas:
  - Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,00% ao ano;

- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 7,18% no semestre, composta pelo INPC de dezembro/2010 a maio/2011 (4,10%) + 2,96% ao semestre;
- Taxa nominal do custo dos juros: 7,18% no semestre, composta pelo INPC de dezembro/2010 a maio/2011 (4,10%) + 2,96% ao semestre (taxa de juros equivalentes à taxa anual de 6,00%);
- Taxa de Rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: não aplicável;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%;
- Fator de Capacidade para salários: 100,00%;
- Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,00% ao ano;
- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: 4,10%.

#### **b) Plano PREVRENDA de Contribuição Definida - CD**

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do Banpará e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O plano de contribuição definido é regido pelo Regulamento do Plano PREV-RENDA, onde estão todas as normas internas para o cálculo, concessão e manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes benefícios:

Os benefícios que integram o PREV-RENDA são os seguintes:

- 1) Renda Temporária;
- 2) Benefícios por Morte e por Invalidez do Participante Ativo ou Autopatrocinado;
- 3) Benefícios por Morte do Participante em gozo de benefício;
- 4) Pecúlio por morte ou por Invalidez.

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

##### **i) Premissas Biométricas:**

- Tábua de mortalidade geral: AT-83 male
- Tábua de entrada em invalidez: TASA-1927
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB 57
- Tábua de serviço: gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

##### **ii) Premissas Econômicas:**

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,00%;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 7,18%, no semestre, composta pelo INPC de dezembro/2010 a maio/2011 (4,10%) + 2,96% ao semestre (taxa de juros equivalente à taxa anual de 6,00%);
- Taxa nominal do custo dos juros: 7,18% no semestre, composta pelo INPC de dezembro/2010 a maio/2011 (4,10%) + 2,96% ao semestre (taxa de juros equivalente à taxa anual de 6,00%);
- Taxa de Rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: 2% a.a.
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%
- Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%
- Fator de Capacidade para salários: 100,00%
- Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,00% ao ano
- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: 4,10%

#### **Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios**

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o contido na Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, conforme demonstrado a seguir:

**c) Plano de Benefício Definido – BD**

As obrigações atuariais em relação a este plano de Benefício Definido encontram-se parcialmente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 7.101 mil e ativo líquido de R\$ 5.371 mil, tendo como resultado déficit atuarial de R\$ 1.730 mil, o qual foi reconhecido integralmente como provisão de benefícios pós-emprego pelo Banpará em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09.

Os valores devidos pelo Banco, por conta desse passivo, vêm sendo pagos por meio de contribuições mensais correspondentes a R\$73 mil (cota patronal). No primeiro semestre de 2011 o Banpará efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$522 mil.

**d) Plano de Contribuição Definida - CD**

Os benefícios são estruturados em quotas, sendo reajustados pela variação da quota patrimonial, o que impede a ocorrência de insuficiências financeiras, além de serem concedidos como rendas temporárias, eliminando o risco de sobrevivência. Desta maneira, o risco atuarial inerente ao plano PREVRENDA está concentrado apenas no benefício a conceder, para o qual está previsto, nos casos de invalidez e morte, aporte de contribuições que complementar o saldo da conta do participante objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

O valor calculado conforme a norma descrita no parágrafo precedente foi avaliado em R\$ 423 mil, estando coberto integralmente pelo fundo de risco destinado à cobertura dos benefícios de risco (invalidez e morte), dado que o saldo em 30 de junho de 2011 é de R\$ 613 mil, não havendo, por conseguinte, necessidade de provisionamento de passivo desta natureza pelo Banpará na data da avaliação.

As provisões matemáticas dos benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida — cujos valores correspondem a R\$ 18.668 mil, para Benefícios Concedidos, e a R\$ 33.727 mil, para Benefícios a Conceder somam R\$52.395 mil, estando integralmente lastreadas pelo patrimônio do plano, de R\$ 52.681 mil, em 30 de junho de 2011.

**Estímulo à migração**

O Banco obrigou-se a conceder, a título de estímulo à migração de participantes do plano BD para o plano CD, o percentual de 16, 537901 % sobre a folha de salários dos Participantes Ativos, em 180 meses, tendo pagado até 30 de junho de 2011, 103 parcelas restando, ainda, 77 parcelas de R\$ 503 mil, a liquidar. Esses valores foram reconhecidos de forma diferida, à taxa de 12,47% a.a. (6% + INPC acumulado no ano de 2011), estando totalmente provisionado, cujo Passivo reconhecido em 30 de junho de 2011 é de R\$26.831 mil (R\$25.347 mil, em 30 de junho de 2010). No primeiro semestre de 2011, o Banpará efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$3.029mil.

**15.2 Plano de Assistência à Saúde - PAS**

O Banpará patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, Plano de Assistência à Saúde - PAS para os empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios oferecidos pelo sistema oficial de saúde, cuja administração é efetuada pela CAFBEP - Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S.A., entidade fechada de previdência privada. No primeiro semestre de 2011, o Banpará efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$35mil.

Não há provisão constituída para este plano por não haver déficit bem como pagamento de benefício pós emprego.

**16 Administração de fundos e programas**

O Banpará, como agente financeiro do Estado do Pará, opera e administra os seguintes Fundos e Programas de Desenvolvimento:

**a) Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE**

Tem por objetivo financiar programas e projetos considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Pará, de forma a reduzir desigualdades regionais e sociais bem como garantir a competitividade dos empreendimentos econômicos instalados no Estado, nos seguintes segmentos:

I – Financiamento ao setor público para execução de projetos de infra-estrutura econômica e social;

II - Financiamento ao setor privado de natureza reversível, destinado a estimular o associativismo, especialmente o cooperativismo integrado por pequenos agentes econômicos, bem como as microempresas, as empresas de pequeno porte, mini e pequenos produtores rurais;

III – Financiamento à empreendimentos de micro e pequeno porte de pessoas físicas e jurídicas.

Esse fundo é constituído com recursos do Governo do Estado do Pará, cujo saldo aplicado até 30 de junho de 2011 é de R\$ 191.000 mil (R\$ 123.849 mil em 30 de junho de 2010).

**b) Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará - BANCO DO PRODUTOR**

Tem por objetivo principal, financiar empreendimentos econômicos de interesse estratégico para o desenvolvimento, diversificação e transformação da base produtiva do Estado do Pará, promovendo geração de emprego e renda, exclusivamente, em projetos localizados no Estado do Pará. Esse fundo é formado por recursos do Governo do Estado do Pará e da VALE, cujo saldo aplicado com base em 30 de junho de 2011 é de R\$ 40.739 mil (R\$ 13.133 mil em 30 de junho de 2010).

**c) Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará – PARÁ RURAL**

Criado pela Lei nº 6.797, de 16 de novembro de 2005, co-financiada pelo Governo do Estado do Pará (GEP) e Banco Mundial (BIRD), iniciou em abril de 2010, tendo como área de abrangência geográfica o ambiente rural do Estado.

Esse programa atua em duas frentes convergentes de ação: a primeira relacionada ao aumento da renda e melhoria das condições de vida de comunidades rurais pobres, mediante o financiamento de processos locais de desenvolvimento, implementação de projetos produtivos e provisão de infra-estrutura complementar à produção. A segunda direcionada ao fortalecimento e aprimoramento do processo de gestão fundiária e ambiental do Estado, mediante investimentos na melhoria da estrutura institucional responsável pelo ordenamento territorial.

O saldo aplicado em 30 de junho de 2011 é R\$ 4.412 mil (R\$ 267 mil em 30 de junho de 2010).

**d) Fundos Municipais de Desenvolvimento – FMD**

Formado com recursos dos Governos Municipais conveniados com o Banpará, cujo objetivo é potencializar e incentivar a geração de postos de trabalho e de renda para as pessoas físicas e jurídicas do próprio município.

O saldo aplicado, na posição de 30 de junho de 2011, é R\$ 2.266 mil (R\$ 1.772 mil em 30 de junho de 2010).

**17 Transações com partes relacionadas**

As captações no mercado aberto, depósitos a prazo, e demais transações entre partes relacionadas, são efetuadas em condições e taxas normais de mercado, tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros. Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

<b>Transação:</b>	<b>30.06.11</b>	<b>30.06.10</b>
<b>Depósitos</b>		
Estado do Pará à Vista	229.070	155.156
Estado do Pará à Prazo	889.642	645.516
Caixa de Previdência e Assistência dos Funcionários do Banpará	18	17
<b>Obrigações Sociais e por Convênio</b>		
Caixa de Previdência e Assistência dos Funcionários do Banpará	28.570	26.699

**18 Seguros**

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 30 de junho de 2011, é de R\$125.553 mil (R\$124.684 em 30 de junho de 2010), determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

**19 Instrumentos financeiros**

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, no sentido de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições. A Instituição não operou com derivativos no 1º semestre de 2011.

**20 Acordo de compensação e liquidação de obrigações**

O Banpará mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Em 30 de junho de 2011, a posição da obrigação do Banpará que envolve referido acordo é a seguinte:

Modalidade da Operação	Data do Contrato	Vencimento da obrigação	Valor do DIR	Juros Capitalizados	Valor Total
CDI-PÓS	22.11.2010	22.08.2011	5.000	345	5.345
CDI-PÓS	21.02.2011	19.09.2011	4.000	162	4.162
CDI-PÓS	23.02.2011	21.09.2011	55.000	2.174	57.174
CDI-PÓS	23.05.2011	19.12.2011	100	1	101

## 21 Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário

### a) Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

Descrição	30.06.11		30.06.10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da trib. e participações	63.555	63.555	46.632	46.632
Base de Cálculo	63.555	63.555	46.632	46.632
Adições (Exclusões)	12.847	12.847	5.260	5.260
Lucro Tributável antes das Compensações	76.402	76.402	51.892	51.892
Compensação Prejuízos Fiscais e Base Negativa	(22.921)	(22.921)	(15.568)	(15.568)
Base de Cálculo após Compensações	53.481	53.481	36.324	36.324
Alíquota Normal (15%)	8.022	8.022	5.449	5.449
Adicional do Imposto de Renda (10%)	5.348	-	3.620	-
Valores Devidos	13.370	8.022	9.069	5.449
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(56)	-	(54)	-
Incentivos Fiscais	-	-	(100)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(32)	-	-	-
IR e CSLL a Pagar	13.282	8.022	8.915	5.449

A Instituição, em processo de análise da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativo ao exercício 2009, concluiu sobre a necessidade de efetuar ajustes na apuração desses tributos no valor de R\$ 5 mil e R\$ 3 mil, respectivamente, uma vez que a despesa de Gratificação dos Diretores no valor de R\$ 32 mil não havia sido considerada naquela base de cálculo. Conseqüentemente, a realização do Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa no valor de R\$ 2,4 mil e R\$ 1,5 mil, respectivamente, também foi ajustada.

Continuando o processo de análise da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativo ao exercício 2010, concluiu sobre a necessidade de efetuar ajustes na apuração desses tributos no valor de R\$ 4 mil e R\$ 2,7 mil, respectivamente, uma vez que a despesa de Gratificação dos Diretores no valor de R\$ 25 mil não havia sido considerada naquela base de cálculo. Conseqüentemente, a realização do crédito tributário de prejuízo fiscal e base negativa no valor de R\$ 2 mil e R\$ 1 mil, respectivamente, também foi ajustada.

### b) Créditos Tributários Ativados

O banco mantém registrado, como Ativo Fiscal Diferido, Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente, sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa, que totaliza R\$ 13.597 mil, demonstrado a seguir:

Descrição	Saldo em 30.06.10	Realizações	Constituição	Saldo em 30.06.11	Crédito tributário
Prejuízo Fiscal	51.451	(37.320)	-	14.040	3.510
Base Negativa	77.279	(37.550)	-	39.729	10.087
<b>Total</b>	<b>128.639</b>	<b>(74.870)</b>	<b>-</b>	<b>53.769</b>	<b>13.597</b>

Os créditos tributários foram constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes de IRPJ (25%) e CSLL (15%) sobre suas respectivas bases e, atualmente, são observados os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução nº 3.059/2002, do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução nº 3.355/2006, também do Conselho Monetário Nacional.

A ativação de crédito tributário está fundamentada em estudo técnico demonstrativo da expectativa de geração de resultados futuros, que possibilitam a sua realização no prazo de até 10 anos, conforme a seguir:

<b>Ano de Realização</b>	<b>IRPJ a Compensar</b>	<b>CSLL a Compensar</b>	<b>Total Geral</b>
2011	(3.266)	(1.085)	(4.351)
2012	(3.793)	(3.626)	(7.419)
2013	-	(3.974)	(3.974)
2014	-	(2.656)	(2.656)
<b>Total</b>	<b>(7.059)</b>	<b>(11.341)</b>	<b>(18.400)</b>

### c) **Créditos Tributários Não Ativados**

O banco possui registrados créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 65.758 mil, demonstrado a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 30/06/2010</b>	<b>Realizações</b>	<b>Constituição</b>	<b>Saldo em 30/06/2011</b>	<b>Crédito tributário</b>
Provisão p/ Créditos em Liquidação	101.756	-	18.392	120.148	49.222
Provisão p/ Outros Créditos	19.639	-	2.378	22.017	8.623
Provisão p/ Passivos Trabalhistas	2.642	(2.706)	-	(64)	(99)
Provisão p/ Ações Cíveis	8.078	-	1.388	9.466	3.735
Prejuízos em Operações. Swap	516	-	-	516	129
Provisão p/ Diferença de Inventário	3.056	-	-	3.056	1.222
Provisão p/ Riscos Fiscais	3.634	(740)	-	2.894	1.130
Provisão p/ Outros Valores e Bens	3.966	-	660	4.626	1.796
<b>Total das Adições Temporárias</b>	<b>143.287</b>	<b>(3.446)</b>	<b>22.818</b>	<b>162.659</b>	<b>65.758</b>

## 22 **Outras receitas e despesas**

### 22.1 **Outras Receitas/Despesas Operacionais**

<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>30.06.11</b>	<b>30.06.10</b>
Recuperação de Encargos e Despesas	35	620
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	1.875	1.668
Atualização Monetária de Valores Ativos	23	20
Taxa de Concurso Público	-	518
Outros – Ações Judiciais	732	255
Reversão de Provisão Operacional	342	96
<b>Total</b>	<b>3.007</b>	<b>3.177</b>

<b>Outras Despesas operacionais</b>	<b>30.06.11</b>	<b>30.06.10</b>
Despesas Carteira Imobiliária	36	964
Despesas Descontos Concedidos	25	14
Despesas de Atualização de Impostos e Contribuição	186	245
Despesas de Atualização Monetária de Valores Passivos	225	217
Despesas de Atualização de Ações Judiciais	650	1.254
Despesas de Ações Judiciais	1.355	114
Despesas FCVS Ajuste Rap/Refin	349	214
Outras	58	72
<b>Total</b>	<b>2.884</b>	<b>3.094</b>

### 22.2 **Outras Receitas/Despesas Não Operacionais**

<b>Outras Receitas/ Despesas Não Operacionais</b>	<b>30.06.11</b>	<b>30.06.10</b>
Reversão de provisões não operacionais	88	121
Insubsistências Passivas	20	49
Lucros em Transações com Valores Mobiliários	3.024	144
Leilão de Bens	121	-

Rendas de Aluguel	115	117
Outras Receitas não Operacionais	143	75
Insubstituições ativas	(29)	(18)
Superveniência Passiva	(4)	(27)
Roubos por Assalto	(97)	(293)
Desvalorização de Outros Valores e Bens	(1.023)	-
Outras Despesas não Operacionais	(38)	(50)
<b>Total</b>	<b>2.320</b>	<b>118</b>

### 23 Convergência Contábil aos Padrões Internacionais

A Resolução CMN nº 3.786, de 24 de setembro de 2009, e as Circulares BACEN nº 3.472, de 23 de outubro de 2009 e nº 3.516, de 23 de dezembro de 2010, estabeleceram que somente as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board. O BANPARÁ não possui subsidiárias e não controla Empresas de Propósito Específico (EPE), portanto, considerando os termos do IAS 27 e do SIC 12, não está sujeita a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas demonstrações contábeis do Banco, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução CMN nº 3.566, de 29.05.2008);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução CMN nº 3.604, de 29.08.2008);
- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução CMN nº 3.750, de 30.06.2009);
- CPC-24 – Eventos Subsequentes – (Resolução CMN nº 3.973, de 26.05.2011)
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009); e
- CPC-33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM Nº 600, de 07.10.2009).

## **RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas do  
Banco do Estado do Pará S.A.  
Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, para o semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### **Auditoria dos períodos anteriores apresentados para fins de comparação**

Em 04 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, auditou as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2010, cujo relatório datado de 11 de agosto de 2010, foi emitido com ressalvas sobre: i) a provisão atuária

de R\$26.682 mil devido a não apresentação dos demonstrativos de resultado de avaliação atuarial, realizada por atuário independente e com base nos benefícios pós-emprego, requeridos pela NPC 26, emitida pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes (Ibracon) e referendada pela Deliberação CVM nº 371/2000; e sobre ii) a impossibilidade da obtenção de evidência suficiente e apropriada sobre a inexistência de distorções relevante nos saldos iniciais do semestre findo em 30 de junho de 2010, por não termos obtido acesso aos papéis de trabalho dos auditores independentes anteriores.

Fortaleza, 12 de agosto de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)  
CRC 2SP013439/0-5-S-PA

Eliardo Araújo Lopes Vieira  
Contador CRC 1SP241582/O-1-S-PA

José Luiz de Souza Gurgel  
Contador CRC 1RJ087339/O-4-S-PA



## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, tendo examinado o Balanço Patrimonial levantado em 30.06.2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao semestre findo naquela data, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição, no período. Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém(PA), 23 de agosto de 2011.

**Conselho Fiscal**

#### **PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V. do art. 142 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2011, acompanhadas do Relatório da Administração, pareceres dos auditores independentes, KPMG Auditores Associados, e do Conselho Fiscal, e com base na análise efetuada, aprovou, por unanimidade, os documentos, por refletirem adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição.

Belém (PA), 29 de agosto de 2011.



---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**HELENILSON CUNHA PONTES**  
Presidente

**AUGUSTO SÉRGIO AMORIM COSTA**  
Membro

**JOSÉ BARROSO TOSTES NETO**  
Membro

**MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS**  
Membro

**MARCO ANTONIO LOPES MONTEIRO**  
Membro

**JOSÉ ALVES TAVARES**  
Membro

**DIRETORIA COLEGIADA**

**AUGUSTO SÉRGIO AMORIM COSTA**  
Diretor Presidente

**BRASELINO CARLOS DA ASSUNÇÃO SOUSA DA SILVA**  
Diretor

**MÁRCIA REGINA MAUÉS DA COSTA MIRANDA**  
Diretora

**JORGE WILSON CAMPOS E SILVA ANTUNES**  
Diretor

**GEIZE MARIA TEIXEIRA DA SILVA DE FIGUEIREDO**  
Diretora

**EUGÊNIO LUIS DE SOUSA PESSOA**  
Diretor

**CONSELHO FISCAL**

**ALEX BOLONHA FIÚZA DE MELLO**  
Membro

**JOSÉ MARIA TAVARES TEIXEIRA**  
Membro

**MARIA DO CÉU GUIMARÃES DE ALECAR**  
Membro

---

**LUIZ ALBERTO NERY SAMPAIO**  
Contador CRC (PA) nº 6678

---